

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1002354-39.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**
 Requerente: **Fernandes Roveder**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

FERNANDES ROVEDER ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, pedindo a concessão de benefício acidentário, haja vista a incapacidade funcional decorrente do quadro de pneumonia apresentado.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo a inexistência de incapacidade laborativa apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Houve réplica.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo aos autos o respectivo laudo, sobre o qual as partes não se manifestaram.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Subsiste controvérsia apenas quanto à incapacidade laborativa do autor, o que enseja a produção de prova pericial, razão pela qual é dispensável designar audiência instrutória.

O laudo pericial concluiu que *"o quadro pulmonar apresentado pelo autor, em conformidade com exames clínicos e de imagem e documentos médicos de fls., é compatível com doença pulmonar obstrutiva crônica determinada pelo hábito tabágico mantido pelo mesmo ao longo de vários anos, portanto, nexa causal com doença ocupacional não é procedente"* (fl. 118).

Além disso, a *expert* também afirmou que *"o autor está apto ao trabalho remunerado a terceiros conforme funções previamente exercidas por ele em seu histórico profissional"* (fl. 118).

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nada nos autor infirma tal conclusão.

Assim, diante da inexistência da incapacidade laborativa e de nexos causal, não é caso de concessão do benefício acidentário pleiteado pelo autor.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**